



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639996 - MG (2021/0012467-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PEDRO AUGUSTO DE LIMA FELIPE E POSSA
ADVOGADO : PEDRO AUGUSTO DE LIMA FELIPE E POSSA - MG174484
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* sem pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.003091-2/000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 10/11/2020 pela prática em tese do crime previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

A custódia cautelar foi convertida em prisão preventiva em 13/11/2020, para evitar a reiteração delitiva e resguardar a ordem pública, bem como para assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal, haja vista que o paciente fugiu do local do crime.

O impetrante sustenta a ilegalidade da segregação provisória por excesso de prazo. Alega que passados 70 dias da prisão em flagrante, ainda hoje o inquérito policial não teria sido distribuído perante um juízo criminal, nem mesmo para análise de requerimento de dilação de prazo.

Requer, assim, o relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. CONTEMPORANEIDADE, EXCESSO DE PRAZO E ERRO DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. VIOLAÇÃO DO ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM JUÍZO PERFUNCTÓRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. No procedimento do *habeas corpus*, não se permite a

produção de provas, pois a ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, razão pela qual não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva.

2. As questões referentes à contemporaneidade, excesso de prazo e erro de fundamentação não foram debatidas pelo Tribunal de origem, não devendo ser conhecidas diretamente por esta Corte Superior, sob pena de supressão de instância.

3. Apresentada fundamentação concreta, evidenciada no fato do agravante integrar organização criminosa e na reiteração delitiva, não há ilegalidade no decreto prisional.

4. O prazo de 90 dias para reavaliação da prisão preventiva, determinado pelo art. 316, parágrafo único, do CPP, é examinado pelo prisma jurisprudencialmente construído de valoração casuística, observando as complexidades fáticas e jurídicas envolvidas, admitindo-se, assim, uma eventual e não relevante prorrogação da decisão acerca da manutenção da necessidade das cautelares penais.

5. Não havendo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691 do STF, o writ deve ser indeferido liminarmente.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 624.342/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/12/2020, DJe 07/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, sobretudo porque, conforme informações trazidas aos autos pelo próprio impetrante, o inquérito foi relatado pela autoridade policial em 10/12/2020, encontrando-se pendente apenas o cumprimento de diligências complementares requisitadas pelo Ministério Público (e-STJ fls. 111-113).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência